

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.^a SL

Aos 28 dias do mês de março de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição sobre o processo de venda da Media Capital ao Grupo Altice (requerimento do BE)

- Conselho de administração da Vodafone

2.^a parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 168/XIII/3.^a e 169/XIII/3.^a, relativas às reuniões de 20 e 21 de março de 2018

2. Nova apreciação e votação indiciária do Projeto de Lei n.º 599/XIII/2.^a (PSD) – Reforça a defesa da concorrência e regula as ações de indemnização por infração às disposições do direito da concorrência (Private Enforcement) e da Proposta de Lei n.º 101/XIII/3.^a (GOV) – Estabelece as regras relativas às ações de indemnização por infração ao direito da concorrência, transpondo a Diretiva 2014/104/UE

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 507/XIII (BE) – Recomenda ao Governo a classificação das scooters de mobilidade de modo a permitir o seu acesso a todos os modos de transporte de passageiros

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 879/XIII/2.^a (PSD) – Recomenda a intervenção urgente na requalificação do IC2 entre Leiria e Pombal e do IC8 entre Pombal e Ansião

5. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.^a (PCP) – Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro, 1345/XIII/3.^a (PCP) – Pelo aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão e 1347/XIII/3.^a (PCP) – Pela criação da Administração dos Portos do

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.^a SL

Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia

6. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 944/XIII/2.^a (PSD) – “Pela urgente revisão das intenções de investimento em infraestruturas ferroviárias do Plano Ferrovia 2020, incluindo novamente a ligação da ferrovia ao Aeroporto de Faro nas prioridades de investimento ferroviário a nível nacional” e 1344/XIII/3.^a (PCP) – “Pela melhoria do transporte ferroviário no Algarve”.

7. Redação final relativa aos Projetos de Lei n.ºs 495/XIII/2.^a (PSD), 576/XIII/2.^a (PAN) e 577/XIII/2.^a (PAN), que alteram a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho

8. Outros assuntos

Audição sobre o processo de venda da Media Capital ao Grupo Altice (requerimento do BE)

- Conselho de administração da Vodafone

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Presidente do Conselho de Administração da Vodafone, Dr. Mário Vaz, e aos Drs. Pedro Ginjeira do Nascimento, André Gomes e Teresa Brandão, que o acompanhavam, tendo dado a palavra de imediato ao Dr. Mário Vaz para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), Joel Sá (PSD), Hugo Costa (PS), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Presidente do Conselho de Administração da Vodafone respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Jorge Campos (BE) e Bruno Dias (PCP),

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.^a SL

os quais foram prestados em resposta conjunta pelo Presidente do Conselho de Administração da Vodafone.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

2.^a parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 168/XIII/3.^a e 169/XIII/3.^a, relativas às reuniões de 20 e 21 de março de 2018

Submetidas a votação, as atas n.ºs 168/XIII/3.^a e 169/XIII/3.^a, relativas às reuniões de 20 e 21 de março de 2018, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Nova apreciação e votação indiciária do Projeto de Lei n.º 599/XIII/2.^a (PSD) – Reforça a defesa da concorrência e regula as ações de indemnização por infração às disposições do direito da concorrência (Private Enforcement) e da Proposta de Lei n.º 101/XIII/3.^a (GOV) – Estabelece as regras relativas às ações de indemnização por infração ao direito da concorrência, transpondo a Diretiva 2014/104/UE

Por solicitação do PS, este ponto da ordem do dia foi adiado por duas semanas.

Intervieram ainda, a este propósito, os Senhores Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP), para sugerir que, pelo menos internamente nos respetivos grupos parlamentares, deveria ser feita a ponte com a 1.^a Comissão, uma vez que estas iniciativas tinham muitas normas de processo judicial; Heitor de Sousa (BE), para questionar se o CDS-PP pretendia fazer reuniões conjuntas com a 1.^a Comissão, ao que respondeu o orador antecedente que não era isso que pretendia, até porque assim ir-se-ia atrasar o processo; Bruno Dias (PCP), para lembrar que o seu grupo parlamentar tinha sido o primeiro a pedir um adiamento desta matéria, para fazer precisamente o que tinha sido sugerido pelo Deputado Pedro Mota Soares e que, neste momento, estava em condições de proceder à votação; e o Senhor Presidente, para informar que iria falar

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.^a SL

com o Presidente da 1.^a Comissão, mas esperava que os grupos parlamentares fizessem os contactos internos sugeridos.

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 507/XIII (BE) – Recomenda ao Governo a classificação das scooters de mobilidade de modo a permitir o seu acesso a todos os modos de transporte de passageiros

O Senhor Deputado Jorge Falcato (BE) afirmou que a questão tem a ver com discriminação e Direitos Humanos e apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 507/XIII/2.^a (BE) – Recomenda ao governo a classificação das scooters de mobilidade de modo a permitir o seu acesso a todos os modos de transporte de passageiros.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) disse que o PCP nada tem a opor ao Projeto de Resolução n.º 507/XIII/2.^a (BE), nem à criação do grupo de trabalho. Considerou tratar-se de questão do direito de acesso a transportes públicos ou coletivos das Pessoas com mobilidade reduzida, problema muito mais amplo, a necessitar de intervenção mais ampla, referindo as barreiras arquitetónicas.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) cumprimentou o BE pelo Projeto de Resolução n.º 507/XIII/2.^a (BE), com que concordam, notando ser questão de Direitos Humanos, que consta de Convenção das Pessoas com deficiência, e disse que acompanham a criação do grupo de trabalho, notando que é apenas parte de problema mais amplo.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) cumprimentou o Senhor Deputado Jorge Falcato (BE) pelo Projeto de Resolução n.º 507/XIII/2.^a (BE).

Afirmou que o PSD é um Partido humanista e que o acesso aos transportes das Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como os problemas de barreiras arquitetónicas devem ser solucionados.

Lembrou que a Lei 38/2004 deste setor é de um Governo do PSD.

Disse que vêem com bons olhos o grupo de trabalho, esperando que venha a haver resultados e não apenas uma Resolução.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.^a SL

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) cumprimentou o Senhor Deputado Jorge Falcato (BE) pelas preocupações do BE, que acompanham na referência à discriminação das Pessoas com deficiência na mobilidade.

Considerou que faz todo o sentido a discussão, mesmo segmentada, desta matéria e que há outra dimensão com a avaliação do que vier a ser feito, discutindo com o Governo, entre outros da Administração Pública.

O Senhor Deputado Jorge Falcato (BE) notou que o grupo de trabalho não resolve os problemas de acessibilidade em geral das Pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada.

Vincou que, desde 1997 e com vários Governos, sabem o que não foi feito.

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 879/XIII/2.^a (PSD) – Recomenda a intervenção urgente na requalificação do IC2 entre Leiria e Pombal e do IC8 entre Pombal e Ansião

O Senhor Deputado José António Silva (PSD) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 879/XIII/2.^a (PSD) – Recomenda a intervenção urgente na requalificação do IC2 entre Leiria e Pombal e do IC8 entre Pombal e Ansião.

Concluiu defendendo que a correção das situações mencionadas do IC2 e do IC8 deveriam ter a prioridade do Governo.

O Senhor Deputado António Sales (PS) considerou serem preocupações legítimas e tratar-se de questão muito importante para o Distrito, e recordou vários adiamentos de anos atrás.

Caracterizou as vias como muito diferentes, explicando.

Recordou, a propósito dos recentes incêndios, a sua importância para as Populações. Quanto ao IC2, lembrou que em 2011 estiveram previstas obras e que em 2013 houve reuniões de responsáveis de Freguesias com a Estradas de Portugal, e ainda protestos, ficando previstas obras em 2014/2015, bem como reunião da Assembleia Municipal de Leiria, de Dezembro de 2016, que pediu obras de requalificação.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.^a SL

Prevê-se que a situação de rotundas, separador e viragens à esquerda esteja concluída até final de 2018.

Quanto ao IC8, o anterior Governo retirou trabalhos para reduzir custos com PPPs e o atual Governo já se comprometeu a intervenções entre Pombal e Ansião.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou ter particular interesse na discussão da matéria do Projeto de Resolução, concordando genericamente.

Sublinhou que não basta aprovar obras urgentes se não estiverem no Plano de investimentos da IP, e acautelou a frustração da População com projetos aprovados, mas sem aplicabilidade.

Recordou pergunta ao Governo sobre o IC2, lugar do Barracão, que respondeu e, passados dois anos, não se percebe em que situação está o estudo de viabilidade.

Considerou útil ouvir o Presidente das Infraestruturas de Portugal sobre reprogramação de Fundos Comunitários e referiu a falta de aplicação de decisões tomadas na AR e urgências.

Perguntou se o PSD concorda com chamar o Presidente das Infraestruturas de Portugal, notando que no Plano de investimentos 2015/2020, aprovado durante o Governo do PSD, não está prevista esta intervenção no IC2 e IC8.

O Senhor Presidente da Comissão recordou várias entidades e o Ministério da Economia a ouvir sobre reprogramação de Fundos Comunitários.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) recordou que o PCP tem sublinhado a questão do investimento público e nas infraestruturas de transportes.

Recordou que a situação das estradas foi considerada especialmente má, enquanto quase só se falava de auto-estradas, tal como de alta velocidade na ferrovia.

Sublinhou que o planeamento da nomenclatura das estradas não refletia a realidade dos nossos dias.

Notou que o custo das portagens agravou a situação nas estradas nacionais, lembrando a sua dependência mútua e defendendo menor peso das portagens na População e nas Empresas.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.^a SL

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS/PP) disse apoiar o Projeto de Resolução n.º 879/XIII/2.^a (PSD).

Distinguiu o IC2 do IC8, bem como outros casos, com consequências graves para as Populações, defendendo que sejam tratados conforme as suas prioridades.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) notou que a questão rodoviária tem consenso, mas que limitações orçamentais são significativas, pelo que, se não houver outra visão em Bruxelas para o Acordo de Parcerias, poderá vir a haver uma situação muito grave em breve.

O Senhor Deputado José António Silva (PSD) sublinhou, quanto ao IC2, que o Governo tem culpa, desde 2015, lembrando protestos então ocorridos, e mencionou haver aqui maior prioridade em relação ao IC8.

Mencionou uma resposta do Governo que pode significar esperar mais de 20 anos. Referiu a necessidade de obter o acordo da Brisa para a ligação à A1, na zona do Barracão.

5. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.^a (PCP) – Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro, 1345/XIII/3.^a (PCP) – Pelo aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão e 1347/XIII/3.^a (PCP) – Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia

O Grupo Parlamentar do PS solicitou o adiamento deste ponto para a reunião ordinária seguinte.

6. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 944/XIII/2.^a (PSD) – “Pela urgente revisão das intenções de investimento em infraestruturas ferroviárias do Plano Ferrovia 2020, incluindo novamente a ligação da ferrovia ao Aeroporto de Faro nas prioridades de investimento ferroviário a nível nacional” e 1344/XIII/3.^a (PCP) – “Pela melhoria do transporte ferroviário no Algarve”.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.^a SL

Não tendo sido apresentadas sugestões de alteração da informação, o Senhor Presidente informou que a mesma seria enviada à Mesa da Assembleia da República, para que os projetos de resolução pudessem ser votados no dia seguinte.

7. Redação final relativa aos Projetos de Lei n.ºs 495/XIII/2.^a (PSD), 576/XIII/2.^a (PAN) e 577/XIII/2.^a (PAN), que alteram a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho

A redação final foi fixada sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

8. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou os Deputados das dificuldades em agendar para a semana seguinte audições sobre o processo de compra da Media Capital pelo Grupo Altice e o facto de ainda não ter sido enviado à Comissão o relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil sobre a Ponte 25 de Abril, pelo que iria tentar agendar a audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito das audições sobre a reprogramação dos fundos comunitários 2020, tendo ficado acordado que se iria tentar também agendar a audição dos conselhos regionais das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, em conjunto, para o dia 10 de abril, à tarde, ou a audição anual de alguma das entidades reguladoras para apresentação do plano de atividades.

De seguida, o Senhor Presidente deu conta da baixa à Comissão, em conexão, das Propostas de Lei n.ºs 115/XIII/3.^a (GOV) e 116/XIII/3.^a (GOV). Informou também que, por uma questão de disponibilidade de salas, no dia 8 de maio, durante a tarde, a Comissão iria realizar o 2.º Fórum Parlamentar de Segurança Rodoviária, e a Conferência sobre Transportes Públicos tinha sido reagendada para o dia 22 de maio.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.^a SL

Finalmente, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) informou que o seu grupo parlamentar iria enviar ainda durante esse dia propostas para o programa da deslocação aos Açores.

A reunião foi encerrada às 13:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de março de 2018.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 170/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Hugo Costa
Hugo Pires
João Rodrigues
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Moreira Testa
Paulino Ascensão
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
António Sales
Ascenso Simões
Carla Sousa
Diana Ferreira
João Marques
Jorge Campos
José António Silva
Paulo Neves
Paulo Sá
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo
Hortense Martins